

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA
DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO
ESPECIAL:
Área da Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais
do Desenvolvimento**

**CURITIBA
SEED/PR
2015**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Ana Seres Trento Comin

DIRETORIA GERAL
Edmundo Rodrigues da Veiga Neto

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Fabiana Cristina Campos

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Marisa Bispo Feitosa

Elaboradores

Bernadete Dal Molin Schenatto
Claudia Camargo Saldanha
Eliete Cristina Berti Zamproni
Maria Cristina Antunes
Maria de Lourdes Araponga Batista

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica de uma instituição de ensino é o documento que contém as ações a serem planejadas, dando forma e visibilidade à proposta educacional. Traz a dimensão política, no sentido de que representa a vontade da maioria das pessoas que compõem a comunidade escolar. É fundamental para mobilizar os atores envolvidos no processo educacional, por meio do qual ocorre a articulação em determinado tempo e espaço. Por fim, contém a dimensão pedagógica, por refletir, discutir e estabelecer o fazer escolar, descreve as ações educacionais a serem desenvolvidas pela instituição.

É um documento dinâmico, portanto com frequentes discussões e direcionamentos contidos, sempre que a realidade educacional ou a legislação dos Sistemas Nacional e Estadual de Educação assim demandarem. E, ainda, um projeto que está sujeito a sucessivas alterações, pois expressa o momento político educacional, global e local, resultando numa dinâmica intermitente na construção do conhecimento, capaz de estruturar procedimentos eficazes para o desafio do fazer educacional, numa sociedade de transformações.

O Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica de uma instituição educacional expressa a identidade da escola e sempre terá sua construção/reconstrução alicerçados na realidade existente, procedendo a análise da mesma e expressando o caminho que pretende seguir, na oferta do serviço educacional a que se propõe, bem como clarificando para quem o fará, tendo como norte a intervenção positiva na realidade circundante, a partir da ação educacional desenvolvida com cada estudante, sua autonomia e autorrealização.

Ana Seres Trento Comin
Secretária de Estado da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	7
2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA NAS ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
3 ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	12
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Fabiana Cristina Campos¹

Esse documento tem como objetivo sugerir caminhos para construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, área da Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, conforme o Parecer CEE/CEIF/Cemep nº 07/14.

O material contém discussão teórica sobre a importância e papel do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, visando fundamentar a concepção filosófica, política e pedagógica da Instituição a que se refere.

Essa orientação foi elaborada de forma a descrever a ação pedagógica e os procedimentos inerentes, para que o processo de ensino e aprendizagem seja eficaz em seu propósito, no *locus* escolar. Como construção coletiva, deverá passar pela reflexão, discussão e aprovação da comunidade escolar, expressando o consenso da mesma, a ser seguido por todos os participantes do processo educacional, respeitando às especificidades de cada estudante.

Para facilitar a intelegibilidade, o documento divide-se em fundamentação teórica; caracterização do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial e - sugestão de roteiro para a construção do Projeto Político-Pedagógico.

Dessa forma, a proposta curricular objetiva auxiliar nas práticas pedagógicas voltadas a Educação Especial.

¹ Superintendente da Secretaria de Estado da Educação

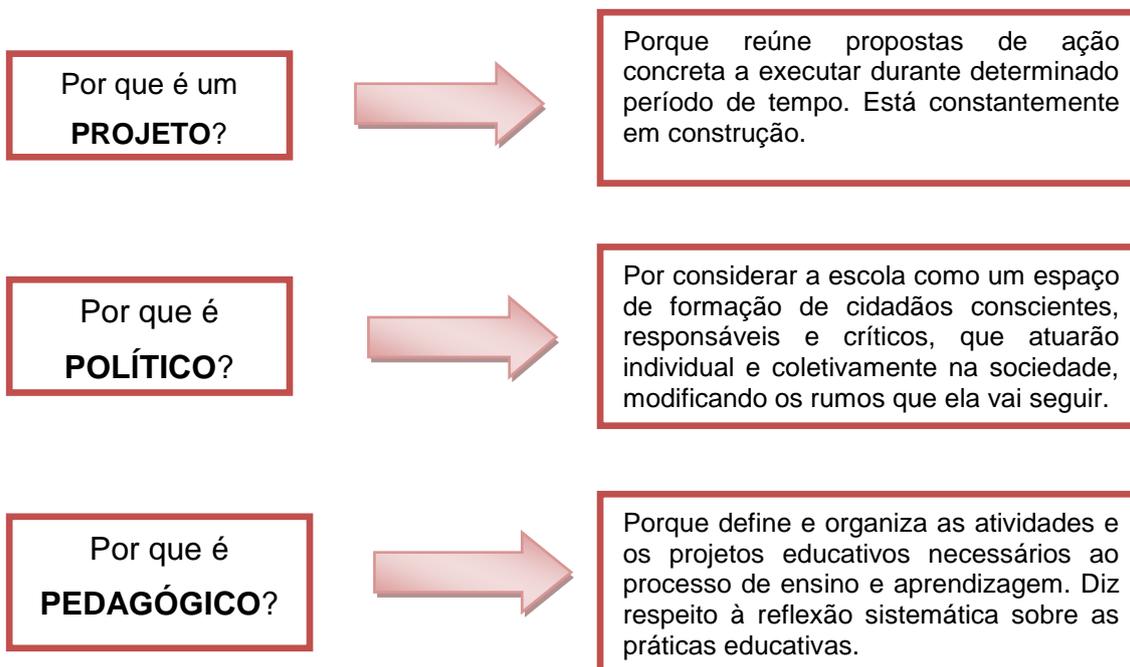
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA² -

O Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica é a expressão conceitual que envolve os fundamentos históricos, filosóficos, pedagógicos e psicológicos da comunidade escolar.

De acordo com Veiga (1998):

(...) é o instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade e tem como objetivo nortear as ações pedagógicas.
O projeto político- pedagógico é concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

Os conceitos que compõem o título desse documento, o define como um processo permanente de reflexão e de discussão dentro da escola:



² De acordo com a Deliberação nº 14/99 – CEE/PR, em seu art. 2 – a elaboração da proposta pedagógica envolverá todos os segmentos da comunidade escolar que expressa a autonomia (pedagógica, administrativa e da gestão financeira) e a identidade da instituição de ensino, atendendo à legislação vigente. Convencionou-se chamar a Proposta Pedagógica/PP nas instituições de ensino da Rede Pública Estadual e Conveniada de Projeto Político-Pedagógico/ Proposta Pedagógica.

Conforme Veiga (1998), o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica é um documento que deve ser vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo de aprendizagem. Não é um documento que é construído para ser arquivado ou para cumprir uma exigência legal. Deve ser constantemente ressignificado, na medida em que as práticas pedagógicas são alteradas para atender à demanda da comunidade escolar.

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (LIBÂNEO 2004, p. 152).

Pela sua importância, este documento deve ser elaborado coletivamente, no qual todos os envolvidos com a escola devem pensar a ação pedagógica, tendo como base o diagnóstico da realidade.

Segundo Libâneo (2010, p. 96):

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

Assim, a construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica exige, por parte de toda comunidade escolar, a compreensão de como as relações pedagógicas, a realização dos objetivos a serem cumpridos e as metas alcançadas se configuram no contexto escolar, criando possibilidades e espaços de participação de todas as pessoas envolvidas para a discussão e construção do Projeto Político-Pedagógico. Algumas questões são fundamentais na discussão:

- Que tipo de sociedade nossa escola quer construir?
- Que cidadão nossa escola deseja formar?
- O que entendemos por educação?
- Como concebemos a gestão escolar?
- Qual a nossa compreensão de currículo?
- Como percebemos o fazer pedagógico no dia-a-dia?
- Como nossa escola encara a questão metodológica?
- Que tipo de relação nossa escola quer manter com a comunidade local?
- Que profissionais temos e queremos? De que profissionais precisamos?
- Que escola temos e que escola queremos? (VEIGA, 1995)

O Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicitar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação. (SETÚBAL, 1994)

2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para as Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, área da Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 orienta uma organização pedagógica diferenciada da escola comum, pois considera que os estudantes, em razão de sua deficiência ou transtornos apresentam-se em situações diferentes de aprendizagem, de rendimentos acadêmicos e defasagens entre idade e série. Por essa razão, necessitam de atividades curriculares específicas, de maior tempo de permanência em cada etapa ou ciclo, principalmente para aprender as convenções de leitura, escrita e cálculos matemáticos.

Para Veiga (1998), existem vários caminhos para reconstruir/ressignificar o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possíveis trilhados em cada uma das escolas. A referida autora aponta três movimentos básicos desse processo denominados de: marco situacional, marco conceitual e marco operacional.

2.1 MARCO SITUACIONAL

O marco situacional retrata o movimento interno da instituição, ou seja, o “diagnóstico” da Escola. Define onde é prioritário agir.

O que somos?

De acordo com Veiga, o marco situacional descreve:

(...) a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional. [...] significa, portanto ir além da percepção imediata. É o momento de desvelar os conflitos e as contradições postas pela prática pedagógica; é apreender seu movimento interno, de tal forma que se possa reconfigurá-la, fortalecida pela reflexão teórico-prática (1998, p.23).

2.2 MARCO CONCEITUAL

A fundamentação teórica que norteia a ação da escola. A escola deverá expressar a teoria que fundamenta seus anseios, expectativas e necessidades no processo de ensino e aprendizagem.

Para organização deste ato, os profissionais da Escola devem ter em mente:

O que queremos?

No marco conceitual a instituição discute a concepção de sociedade, ser humano, educação e a função social da escola visando constituir a práxis escolar. Para Veiga:

[...] Diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada. [...] Neste momento conceitual, devem também ser considerados os eixos norteadores do projeto (1998, p.25).

2.3 MARCO OPERACIONAL

O marco operacional diz respeito à tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Descreve como realizar as atividades a serem assumidas para mudar a realidade da escola.

Aqui se descrevem ações para resolver as situações problemas levantadas no ato situacional. Assim, a pergunta que norteia o trabalho é:

O que faremos?

Veiga verifica o marco operacional como:

(...) as decisões foram acertadas ou erradas e o que é preciso revisar ou reformular. Tendo em vista as diferentes circunstâncias, pode-se tornar necessário tanto alterar determinadas decisões quanto introduzir ações completamente novas. (1998, p.26)

Assim, o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica retrata a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, etapas e modalidades. Ainda, supõe reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de intervenção na realidade. Exige e articula a participação de todos os sujeitos do processo educativo: professores, funcionários, pais, alunos e outros, ou seja, é construído coletivamente, sob a coordenação da equipe gestora (diretiva e pedagógica), e aprovado pela Entidade Mantenedora, em conformidade com o disposto na legislação vigente:

- a. Constituição Federal, Art.º 205, 206 e 209;
- b. LDB nº 9394/96, art. 14;
- c. Deliberação nº 14/99 – CEE/PR, artigo 2º;
- d. Deliberação nº 16/99 – CEE/PR, artigo 4º;
- e. Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14.
- f. Instrução para elaboração do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, emanada pela Sued/Seed.

3 SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Capa

Folha de Rosto

Apresentação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

2 DIAGNÓSTICO (MARCO SITUACIONAL)

3 FUNDAMENTOS (MARCO CONCEITUAL)

4 PLANEJAMENTO (MARCO OPERACIONAL)

4.1 CALENDÁRIO ESCOLAR

4.2 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

4.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

4.4 REGIMENTO ESCOLAR

4.5 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

4.6 PLANO DE TRABALHO DOCENTE

REFERÊNCIAS

(Timbre da Escola)

Capa

(A capa deve proteger o documento. Poderá ser encadernado em espiral ou brochura, transparente, papel duro, artesanal, etc.)

ESCOLA
(nome da escola)

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA

(Local e data)

(Folha de rosto)

ESCOLA
(nome da escola)

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA

(Local e data)

SUMÁRIO

O sumário é a enumeração das divisões, seções, capítulos e outras partes do projeto, seguindo a mesma ordem e grafia na qual a matéria nele se organiza.

OBS.: A construção do sumário é uma das últimas tarefas a serem feitas no trabalho.

Exemplo:

INTRODUÇÃO	X
1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	X
2 DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (marco situacional)	X
3 FUNDAMENTOS (marco conceitual)	XX
4 PLANEJAMENTO (marco operacional)	XX
4.1 CALENDÁRIO ESCOLAR	XX
4.2 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	XX
4.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR	XX
4.4 REGIMENTO ESCOLAR	XX
4.5 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA	XX
4.6 PLANO DE TRABALHO DOCENTE	XX
REFERÊNCIAS	XX

APRESENTAÇÃO

A apresentação do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, deve ser escrita de forma concisa e clara. Em poucas palavras, apresentar o documento, sua importância, objetivos, organização e forma de elaboração coletiva que expressa a realidade da escola.

INTRODUÇÃO

A introdução permite o primeiro contato da comunidade escolar e de outras pessoas interessadas com o documento construído coletivamente, contendo os aspectos legais e filosóficos, descrevendo a estrutura do trabalho educacional da instituição, citando os objetivos, e descrevendo, de forma sucinta, como foi organizado o trabalho com a comunidade escolar, nas etapas de construção do documento.

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Neste item deverão constar:

1.1 DADOS DA ESCOLA

a) Localização

- Endereço completo: rua, número, bairro, cidade, Estado, CEP, telefone, e-mail, zona urbana ou rural e outros dados de acesso.
- Um pequeno mapa de localização da escola no município poderá ser incluído.

b) Aspectos históricos

- Destacar fatos históricos da Escola e experiências bem sucedidas que construíram sua identidade e relevância da Instituição no município.
- Relatar os fatos e dados significativos, desde a fundação da Escola; iniciativa histórica do nome e alterações de denominações; condições do prédio: próprio, cedido, alugado.
- Situar a caminhada da Escola para ser incluída no Sistema de Ensino: da Escola Especial para a organização da Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial (Parecer nº 108/2010 – CEE/PR), para reorganização Pedagógica e Administrativa de acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14.
- Citar os atos legais para Credenciamento de Autorização e/ou Renovação de autorização.

c) Citar as etapas e modalidades ofertadas pela Instituição

Apenas citar e elencar a área de atendimento da Escola (Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento), etapas e modalidade ofertadas, de acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14.

- Educação Infantil, que compreende Estimulação Essencial (0 a 3 anos) e Educação Pré-Escolar (0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental, anos iniciais - 1º e 2º ciclo (6 a 16 anos).
- Educação de Jovens e Adultos – Fase I, do 1º ao 5º ano, em etapa única, concomitante à Educação Profissional, a partir de 16 anos.

d) Regime de funcionamento

Informar o horário de funcionamento da escola (entrada, saída e intervalos) e turnos de atendimento (matutino ou vespertino).

e) Estrutura física

- Especificar a metragem do terreno e área construída.
- Citar: o número de salas de aula, sala para direção, secretaria, atendimento pedagógico e clínico; espaço para educação física (quadra de esportes ou pátio); outros espaços como: cozinha, refeitório, biblioteca, laboratório de informática, instalações sanitárias, sala de artes, brinquedoteca, entre outros.

f) Materiais pedagógicos

- Relacionar os materiais pedagógicos e equipamentos que estão disponíveis aos professores e estudantes (recursos didáticos, audiovisuais, computadores).
- Citar os materiais e equipamentos disponíveis para o atendimento clínico.

g) Recursos Humanos

Relacionar os profissionais que prestam serviços à Instituição de Ensino, especificando a função, formação e vínculo empregatício e agrupando-os na seguinte ordem:

- Administrativo:

Direção, vice direção e pedagogos(as);

Agente Educacional II.

- Docentes:

Professores(as) regente;

Professores(as) de Educação Física e Arte;

- Equipe Multiprofissional: Psicólogo(a),

Fonoaudiólogo(a), Fisioterapeuta(a), Assistente Social, Médico(a), Terapeuta Ocupacional e outros(as).

- Apoios: Agente Educacional I.

Sugere-se organizar esses dados em uma tabela:

Nome	Função	Vínculo funcional	Curso de graduação e habilitação em Educação Especial
	Direção		
	Vice direção		
	Secretário		
	Pedagogo		
	Professor		
	Professor		
	Professora		

h) Número de estudantes e turmas

Relacionar o número de estudantes por turma (estimulação essencial, educação pré-escolar; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa do 1º ciclo do Ensino Fundamental e 2º ciclo se houver); Educação Profissional em cada Unidade Ocupacional (qualidade de vida, produção e de formação inicial); Educação de Jovens e Adultos- EJA, de acordo com o atendimento ofertado pela escola.

Sugere-se organizar esses dados em uma tabela.

1.2 DADOS DA MANTENEDORA

Denominação; CNPJ; Data da Fundação; Registros (Certificado Beneficente de Assistência Social - CEBAS); Utilidade Pública Municipal – nº, Estadual – Nº, Federal – nº); Presidente (Nome, RG, CPF, endereço); Convênios: SEED, Secretaria Municipal de Educação, de Saúde e outros.

2 DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (marco situacional)

No diagnóstico da Instituição de Ensino, os profissionais envolvidos na construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica deverão fazer uma radiografia da realidade da instituição, tanto em relação à sua organização interna, como em relação à comunidade na qual está inserida.

O diagnóstico possibilita a equipe gestora otimizar recursos e promover o sucesso da gestão escolar e do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda, pontua a necessidades a partir da análise e/ou juízo da realidade da escola. Comparação com o que se deseja ser.

Em síntese:

Qual a escola que temos e qual a escola que queremos?

Desta forma, apresentar

... uma análise crítica dos problemas e necessidades da escola, especialmente aqueles que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Realizar o diagnóstico quanto à

a) Comunidade escolar

Analisar as características da comunidade em que a escola está inserida e descrever suas necessidades:

- características do bairro;
- características da população (condições socioeconômicas/níveis de renda, condições de trabalho, infraestrutura, níveis de escolaridade da população, culturas e valores locais, expectativas de escolarização);
- características do contexto da escola e dos estudantes (definir a concepção de deficiência, de acordo com a atual perspectiva);
- descrição das ações compartilhadas entre escola e comunidade;
- formas de trabalho colaborativo entre a Instituição de Ensino, pais e responsáveis.

b) Gestão escolar e ações inerentes ao (à) gestor(a)

Descrever os desafios de articulação entre a gestão escolar e a comunidade escolar:

- Quanto ao trabalho pedagógico: participar do planejamento escolar, expectativas em relação aos(às) estudantes; acompanhar o cotidiano da sala de aula e a aprendizagem dos(as) estudantes; organizar junto à equipe pedagógica a gestão de aprendizagem, incentivando e apoiando a implantação de projetos educacionais; articular a comunicação com pais e/ou responsáveis dentre outras atribuições.

- Quanto aos recursos humanos: motivar os(as) profissionais da educação; articular o trabalho colaborativo entre os(as) profissionais da escola; promover o desenvolvimento profissional (formação continuada); avaliar desempenho e dar *feedback* aos profissionais da educação no que tange ao desempenho; prezar pelo bom relacionamento entre os(as) profissionais, entre outras atribuições.

- Materiais, estrutura física, patrimônio entre outros: organizar materiais didáticos utilizados em sala de aula; manter a organização da estrutura física (espaços pedagógicos, atendimentos clínicos, esportes, lazer, refeitório, cozinha, sala de professores, diretor e equipe pedagógica, entre outros); identificar as necessidades da instituição e buscar soluções junto à mantenedora, entre outras atribuições.

c) Processo de ensino e aprendizagem

Descrever a organização das etapas e modalidade, de acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14:

- Educação Infantil e suas etapas: estimulação essencial e educação pré-escolar; faixa etária dos(as) estudantes; matrícula no Sistema Escola Web; formas de atendimento (cronograma e/ou turmas); sistema de avaliação (semestral, qualitativa, relatório semestral).

- Ensino Fundamental: 1º e 2º ciclo e etapas; matrícula dos alunos no Sistema Escola Web; organização de turmas; faixa etária dos(as) estudantes; sistema de avaliação (semestral, qualitativa, relatório semestral).

- Educação de Jovens e Adultos: matrícula dos(as) estudantes no Sistema de Jovens e Adultos; organização de turmas em etapa única, faixa

etária; sistema de avaliação (semestral, qualitativa, relatório semestral), concomitante à Educação Profissional.

- Educação Profissional: organização em três unidades ocupacionais (Qualidade de Vida, Produção e de Formação Inicial); faixa etária dos(as) estudantes; matrícula no Sistema Escola Web; sistema de avaliação (semestral, qualitativa, relatório semestral), articulada à Educação de Jovens e Adultos.

E, ainda descrever:

- como é realizada a articulação entre as etapas e modalidades de ensino;
- como é realizado o trabalho colaborativo entre os professores da diferentes etapas;

- os critérios de organização das turmas (ensalamento dos(as) estudantes) e turno nas diferentes etapas;

- critérios para a distribuição de turmas para o(a) professor(es) (as);
- a organização e acompanhamento da hora-atividade: como a Instituição organiza a hora-atividade dos (as) professores (as) e como é aproveitado este momento pelo(a) docente, equipe diretiva e pedagógica.

d) Organização dos tempos, espaços e rotinas escolares

Dos horários (entrada, recreio, saída, intervalos, atividades de contraturno), utilização dos espaços (biblioteca, pátio, sala dos professores, da equipe pedagógica), fila, lanche, uniforme e outros combinados em relação às atividades cotidianas da Escola.

e) Trabalho colaborativo entre a escola e pais e/ou responsáveis

Como a escola organiza a participação dos pais e/ou responsáveis no cotidiano escolar e o envolvimento dos mesmos no processo de aprendizagem.

f) Formação continuada dos profissionais

Registrar como se efetiva a formação continuada dos(as) profissionais da educação, de acordo as necessidades diagnosticadas formação continuada. Dar destaque à formação continuada como potencial transformador da prática educativa.

g) Equipe multiprofissional (se houver)

Descrever as formas de trabalho colaborativo da equipe multiprofissional, dos (as) professores (as) e equipe pedagógica, de forma a

contemplar as atividades e ações complementares e de apoio ao processo de ensino e aprendizagem na escola.

h) Clube de mães (se houver)

Descrever como funciona ou como se organiza o funcionamento do clube de mães (finalidade, objetivos, atividades realizadas, responsabilidades, cronograma de funcionamento, entre outros).

i) Trabalho voluntário

Descrever as atividades desenvolvidas por voluntários(as), responsabilidades, cronograma de trabalho, entre outros.

j) Índices da escola

Dados estatísticos relativos, que podem ser expressos por meio de gráficos e /ou tabelas:

- as ações de prevenção à evasão escolar;
- de estudantes que são Beneficiados pelo Programa de Benefício de Prestação Continuada -BPC (controle de frequência);
- de estudantes da Bolsa Família (controle de frequência);
- de estudantes encaminhados ao ensino comum e ao mundo do trabalho;
- de visitas familiares;
- ações desenvolvidas junto ao Conselho Tutelar e Conselho da Pessoa com Deficiência e outros Conselhos.

3 FUNDAMENTOS (marco conceitual)

Expressa a opção teórica que fundamenta as ações da Escola, a partir da realidade descrita e analisada no diagnóstico. Apresenta um posicionamento político, filosófico e pedagógico.

As questões discutidas e postas neste marco deverão estar alinhadas às etapas e modalidade da Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial e suas especificidades.

Para isso, pode-se levantar algumas questões:

- O que é Educação Especial?
- Quais os objetivos da Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial?

- O que é qualidade de educação nesta Escola?
- Como são as práticas pedagógicas nesta Escola?
- Quais as concepções atuais de deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento?

3.1 POLÍTICO E FILOSÓFICO

Para o posicionamento político e filosófico, a Instituição de Ensino deverá considerar os referenciais teóricos que explicam as concepções de educação, homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso), mundo, sociedade, cidadania, formação humana integral, cultura, trabalho.

O posicionamento político e filosófico deverá ser balizado pelo estudo acerca das diferentes abordagens pedagógicas, que podem fornecer diretrizes à ação docente, mesmo considerando que a elaboração que cada professor faz delas é individual e intransferível. Citam-se algumas abordagens: tradicional, comportamentalista, humanista e interacionista.

Ainda, as escolas poderão, neste campo, esclarecer a concepção adotada para consecução e resolução das questões educacionais relacionadas à pessoa com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos

Globais do Desenvolvimento, além de apresentar os pressupostos epistemológicos adotados com vistas à inclusão educacional desse(a) estudante e sua permanência e sucesso na Escola.

Considerar os princípios, objetivos e fundamentação legal da Educação Básica (de acordo com as etapas e modalidade ofertada), e a legislação da Educação Especial.

3.2. PEDAGÓGICO

De acordo com a abordagem filosófica e política definida, o posicionamento pedagógico deverá ser balizado pelas teorias de aprendizagem que atendam às especificidades dos(as) estudantes público-alvo e as práticas pedagógicas da Escola. Citam-se algumas teorias: do comportamento (Behaviorismo), humanismo (Rogers), aprendizagem social (Bandura), cognitivista (Ausubel), construtivista (Bruner, Piaget), interacionismo ou sócio-construtivismo (Vygotsky), ecológica (Bronfenbrenner) e as inteligências múltiplas (Gardner).

Ainda, neste marco, a Escola deverá definir sobre a ação educativa e as características que deve ter a instituição que planeja. Assim, faz-se necessário pontuar a concepção de Escola e Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial:

- **Educação Infantil** - compreende a Estimulação Essencial (0 a 3 anos) e Educação Pré-Escolar (4 a 5 anos). Considerar o disposto na Deliberação nº 02/2014 – CEE/PR, que trata da Educação Infantil. Descrever a organização pedagógica, conforme o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14; colocar a concepção cuidar, brincar e educar, e as especificidades do currículo adaptado nesta etapa; teorias de aprendizagem que fundamentam o trabalho pedagógico; concepção de avaliação, processual, qualitativa e semestral; carga horária de oitocentas horas, distribuídas, num mínimo, de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

- **Ensino Fundamental - anos iniciais:** descrever a organização pedagógica, conforme o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14, e a ampliação da temporalidade, sendo o 1º ciclo em 4 etapas, e 2º ciclo em 6 etapas; colocar a concepção de alfabetização e letramento e suas especificidades na Escola de

Educação Básica, na modalidade Educação Especial; as teorias de aprendizagem que fundamentam o trabalho pedagógico; concepção de avaliação: processual, qualitativa e semestral; carga horária de oitocentas horas distribuídas, num mínimo, de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

- **Educação de Jovens e Adultos – Fase I** - corresponde do 1º ao 5º anos, em etapa única, articulada à **Educação Profissional**, cuja organização compreende três Unidades Ocupacionais: Qualidade de Vida, Produção e de Formação Inicial (a partir de 16 anos); teorias de aprendizagem que fundamentam o trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos e a organização pedagógica de cada unidade ocupacional; concepção de avaliação: processual, qualitativa e semestral; certificação de, no mínimo, 1200 horas, e avaliação diagnóstica da apropriação dos conhecimentos; carga horária deverá ser de oitocentas horas distribuídas, num mínimo, de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

4 PLANEJAMENTO (marco operacional)

É a proposta de ação da Escola.

A partir do diagnóstico, com base nos problemas mais urgentes e mais graves, a Instituição de Ensino define as linhas de ação de todas as atividades da escola, a curto, médio e a longo prazo.

4.1 CALENDÁRIO ESCOLAR

Atender ao disposto na LDB nº 9394/96, art. 23 e 24 e legislação vigente, garantindo um total de 800 horas e 200 dias letivos.

4.2 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Descrever os projetos, atividades curriculares complementares, atividades escolares em geral, desenvolvidas durante o tempo e o espaço escolar, de acordo com sua organização, objetivos, possibilidades, encaminhamentos, recursos (humanos, físicos, materiais e financeiros), período de execução, formas de acompanhamento e avaliação.

As ações didático-pedagógicas deverão estar articuladas à Proposta Pedagógica Curricular.

4.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – PPC

É o documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. A PPC deverá ser elaborada em conformidade com as Diretrizes Nacionais e de acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14, adaptadas para cada etapa e modalidade de atendimento, em razão das especificidades, tempo e ritmo dos(as) estudantes.

a) Educação Infantil

Atendimento, preferencialmente por cronograma, estimulando-se os processos cognitivos e motores, visando alcançar o pleno desenvolvimento da criança.

A Proposta Pedagógica Curricular deverá contemplar:

- Objetivos e expectativas
- Áreas do desenvolvimento
- Eixos norteadores/conteúdos
- Critérios de avaliação

b) Ensino Fundamental

Os ciclos desta etapa devem focar um plano curricular que contemple conteúdos de 1º e 2º anos, divididos em 10 anos, partindo da Base Nacional Comum, centrada na leitura, escrita e cálculo matemático, ou seja, na alfabetização.

Devem ser previstas medidas de ajustes de temporalidade e de adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação, por meio de atividades funcionais que levem em conta o respeito ao ritmo escolar do(a) estudante, a apropriação dos conhecimentos e saberes escolares reais e que concorram para a autonomia desse público-alvo.

A proposta curricular deverá contemplar:

- Objetivos e expectativas
- Conteúdos das disciplinas: Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática.
- Critérios de avaliação

c) Educação de Jovens e Adultos - Fase I

A proposta curricular deve oportunizar o acesso à alfabetização e aos conteúdos formais das três áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza, bem como, ainda, o desenvolvimento de habilidades básicas referentes ao mundo do trabalho. Os conteúdos do 1º ao 5º anos, organizados em um plano curricular, devem contemplar os conhecimentos acadêmicos adequados às condições pessoais,

o domínio da leitura e da escrita, das operações matemáticas básicas e o conhecimento sobre a natureza e a sociedade.

A proposta curricular deverá contemplar, por área de conhecimento:

- Objetivos
- Conteúdos das disciplinas: Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática.

- Critérios de avaliação

d) Educação Profissional oferta articulada à Educação de Jovens e Adultos

Tem a finalidade de medir, na esfera de educação e do trabalho, a preparação para o mundo do trabalho, desenvolver atitudes participativas, cooperativas e o senso crítico, permitindo ao estudante conviver na sociedade da forma mais engajada possível, consciente de seus direitos e deveres sociais. A educação profissional divide-se em três unidades ocupacionais:

- Unidade Ocupacional de Qualidade de Vida – a proposta pedagógica curricular deve proporcionar condições de vivências e experiências de situações que ofereçam bem-estar físico, mental e ocupacional, possibilitando a realização pessoal.

- Unidade Ocupacional de Produção – a proposta pedagógica curricular deverá prever diferentes atividades formativas e de organização de instruções das diferentes formas de aprimoramento ocupacional.

- Unidade Ocupacional de Formação Inicial – a proposta pedagógica curricular deverá propor conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais, a partir de atividades consideradas profissionalizantes, com objetivo de incluí-los socialmente, por meio do trabalho desenvolvido, tanto na escola como nas empresas.

A proposta curricular deverá contemplar:

- Objetivos
- Conteúdo Estruturante
- Conteúdos Programáticos

4.4 REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento Escolar é um documento vinculado ao Projeto Político-Pedagógico – Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, de existência obrigatória na Instituição de Ensino. Descreve as regras que atendem à legislação educacional vigente, definindo a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar, bem como explicita os direitos, deveres e proibições de toda comunidade escolar.

O Regimento Escolar das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial – área da Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento deve contemplar, em todos os seus elementos, a organização administrativa e pedagógica o disposta no Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14.

O Regimento Escolar é composto pelos seguintes elementos: Preâmbulo; Identificação; Objetivos e Finalidades da Instituição de Ensino; Organização do Trabalho Pedagógico; Direitos e Deveres da Comunidade Escolar.

Para a organização do Regimento Escolar, a Escola deverá seguir as orientações do documento **Subsídios para Construção do Regimento Escolar das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial:** área da Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, onde constam, em destaque, orientações específicas para cada Título, Capítulo, seção e subseção.

O Regimento Escolar deverá ser organizado coletivamente, envolvendo toda comunidade escolar, após aprovado pela mantenedora e encaminhado ao NRE para análise e emissão de ato legal.

4.5 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

O Plano de Ação da Escola consiste num instrumento de trabalho dinâmico, cujo intuito é o de organizar as ações, que tenham como objetivo resolver os principais problemas enfrentados pela instituição, estabelecendo

metas e pautando os critérios de acompanhamento e avaliação do trabalho que será desenvolvido.

O Plano de Ação deverá ser elaborado com clareza e com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar, inclusive com as organizações sociais do entorno da escola, que estejam envolvidas no processo.

O Plano de Ação deve se fundamentar na realidade sociocultural e nas demandas sociais e educacionais da escola, sistematizadas e avaliadas permanentemente, contendo estratégias metodológicas de ação e de monitoramento coerentes com os princípios da educação.

Na elaboração anual do Plano de Ação, a Escola deverá explicitar objetivamente como pretende alcançar os objetivos propostos e resolver as questões apresentadas no marco do diagnóstico da realidade escolar.

O Plano de Ação deve resultar em ações pedagógicas, de recursos humanos e gestão de materiais e estrutura física. Como exemplo, citam-se:

a) Quanto ao trabalho pedagógico

- Prática pedagógica e de avaliação.
- Gestão de situações e problemas identificados pelo grupo, como índice de evasão, inclusão no ensino comum e no mercado de trabalho.
- Discussão de metodologia e práticas de alfabetização, entre outros.

b) Quanto aos recursos humanos

- Formação continuada dos profissionais no espaço-tempo escolar.
- Organização/otimização da hora-atividade.
- Desenvolvimento do trabalho compartilhado entre os profissionais da escola, e da escola com a comunidade.
- Critérios de distribuição de turmas.

c) Quanto à gestão dos materiais, de estrutura física, patrimônio entre outros

- Melhora na organização, uso e oferta de materiais pedagógicos e equipamentos.
- Otimização do uso dos espaços físicos.
- Zelo pelo patrimônio da Escola, entre outras ações.

Como elaborar um **Plano de Ação?**

Um **Plano de Ação** compõe-se de:

a) Problema

Indica a situação levantada/diagnosticada.

b) Objetivos

Expressa os resultados esperados com o desenvolvimento do Projeto ou ação.

c) Metas

Quantifica o que está expresso no objetivo (tempo e prazos).

d) Ações

São atividades/procedimentos exequíveis propostos para o alcance de uma meta ou objetivo. As ações possibilitarão o alcance dos objetivos e finalidades da Escola. Para isso, devem ser propostas ações nas dimensões: pedagógica, recursos humanos e gestão dos materiais, de estrutura física e patrimônio entre outras.

e) Cronograma

Constar o início e fim da ação (prazo).

f) Responsável pela ação

Indicar quem serão os responsáveis pelo desenvolvimento de cada ação

Modelo:

Plano de Ação da Instituição de Ensino

Problema:

Objetivos	Metas	Ações	Cronograma	Responsável

4.6 PLANO DE TRABALHO DOCENTE

O Plano de Trabalho Docente - PTD faz parte dos documentos que organizam o processo pedagógico na escola, antecipando a ação docente, organizando o tempo e norteando as ações educacionais. É o registro de como o(a) professor(a) pensa em fazer, como fazer, quando fazer, com que e com quem fazer. Pressupõe a reflexão sistemática da prática educativa (PARANÁ, 2008, p.7-9) e resulta da relação estabelecida entre o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica e a Proposta Pedagógica Curricular, constituindo-se, portanto, na expressão do currículo em sala de aula que, por sua natureza, expressa e legítima intencionalidade da escola.

Segundo o Artigo 13, II e IV da LDB, o Plano de Trabalho Docente deve ser elaborado pelo(a) professor(a) que trabalha, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino e segue os princípios norteadores da Política Educacional da Seed, bem como a legislação vigente para a Educação Nacional.

O PTD deve ser elaborado, a partir da Proposta Curricular na Dimensão das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, anexa ao documento de organização pedagógica e administrativa presente no Parecer nº 07/2014; deve prever medidas de ajustes de temporalidade, com adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação que atendam às necessidades educacionais e especificidade de cada educando, sendo de responsabilidade da equipe pedagógica a orientação aos professores, quanto a esta elaboração.

Pode-se dizer que este documento é a forma mais adequada de preparar os conteúdos selecionados para o ensino e aprendizagem, na sua dimensão final, dentro de espaço e tempo específicos, facilitando ao professor uma reflexão sistemática do seu fazer, e dando condições ao (à) estudante de estabelecer suas relações com determinado e conteúdo; traz consigo a intencionalidade traduzida, a partir dos critérios da avaliação, mas tendo segurança de como trabalhar esse conhecimento.

A seleção dos conteúdos, assim, não é aleatória. Ela é feita exatamente com base em alguma intenção, que é a expressão do Projeto Político-

Pedagógico/Proposta Pedagógica, construído coletivamente pela comunidade escolar. (Taques; Carvalho; Boni; Fank; Leutz, 2008. p. 16 e 18).

Assim sendo, o Plano de Trabalho Docente – PTD – toma alguns elementos para sua organização, quais sejam:

a) Conteúdos

Os conteúdos estruturantes são entendidos, conforme as “Orientações Curriculares da Educação Básica”, como “os conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas, que identificam e organizam os diferentes campos de estudos das disciplinas escolares, sendo fundamentais para a compreensão do objeto de estudo/ensino” (PARANÁ, 2008, p. 25). O desdobramento dos conteúdos estruturantes em conteúdos básicos na Proposta Pedagógica Curricular, em conteúdos específicos no PTD, será feito pelo(a) professor(a) com os demais professores da área/etapa em que atuam na escola. O(a) professor(a) deve tomar o conhecimento em sua totalidade e em seu contexto, o que exige uma relação com as demais áreas do conhecimento. Esse processo de contextualização visa à atualização e aprofundamento dos conteúdos pelo(a) professor(a), possibilitando ao estudante estabelecer relações e análises críticas sobre os conteúdos. Cabe destacar que a contextualização não se faz pelo desenvolvimento de projetos, mas na abordagem histórica do conteúdo.

b) Objetivos/Expectativas

Explicita à escola os conteúdos estruturantes, básicos e específicos como opção política, educativa e formativa. Refere-se às intenções educativas e expressa as possibilidades de mudanças no plano individual, institucional e estrutural. Volta-se aos conteúdos e não às atividades.

c) Encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos

Conjunto de determinados princípios e meios para atingir os objetivos, no processo de investigação teórica e de ação prática.

d) Critérios de avaliação

Definem os propósitos e a dimensão do que se avalia. Para cada conteúdo, precisa-se ter claro o que dentro dele se deseja ensinar, desenvolver e, portanto, avaliar. Os critérios refletem o que vai se avaliar, e são estabelecidos em função dos conteúdos.

Vale ressaltar que as referências teóricas fundamentam a concepção e o material que o professor utiliza para elaboração do seu trabalho e dos conteúdos. Fundamentar conteúdos de forma historicamente situada, implica buscar outras referências, não restringindo os recursos, ao livro didático.

Modelo: Plano de Trabalho Docente

Conteúdos Estruturantes	Objetivos/ Expectativas	Encaminhamentos Metodológicos e Recursos Didáticos	Crterios de Avaliao

REFERÊNCIAS

Listar as referências e legislação mencionadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, **Diário Oficial da União**, n 248, 23 dez 1996.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259 p.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2r_Fxrdf6c>. Acesso em maio 2015.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 07/2015, de 07 de maio 2014**. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Estudos para discussão sobre concepção de currículo e organização da prática pedagógica**. Curitiba: SEED, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge>>. Acesso em: jun 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Orientações Curriculares da Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

SETÚBAL, M. A. (Org.). **Raízes e asas**. São Paulo: Centro de Pesquisa para Educação e Cultura, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A., RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico uma construção possível**. 24.ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.